

Abrasco - Eleições 2024-2027

Período Eleitoral: 29 a 31 de julho

Programa da chapa “Avançar e Transformar”

Às colegas abrasquianas e aos colegas abrasquianos,

Desde a redemocratização do país a luta pela Reforma Sanitária, que promoveu a construção do Sistema Único de Saúde, teve na ABRASCO um elemento catalisador de processos de mudança, com capacidade decisiva de articular diferentes atores para viabilizar um sistema de saúde universal, participativo, em busca da integralidade e da equidade. No campo da educação, ainda que com disparidade regionais, contamos hoje no país com uma rede ampla de instituições de formação graduada e pós-graduada em Saúde Coletiva, cobrindo praticamente todo o território nacional.

O contexto político para a próxima gestão da ABRASCO tende a ser mais promissor do que o vivenciado pela gestão que se encerra. Contudo, há desafios muito importantes à frente. O 3º mandato do presidente Lula começou sob grandes expectativas. Embora houvesse ganho as eleições de 2022 por uma pequena margem de votos, o sentimento geral foi de alívio, uma volta a normalidade na política e no governo federal.

A atrapalhada tentativa golpista, em 8 de janeiro de 2023, veio nos lembrar que a radicalização da extrema-direita não havia passado, nem os seus anseios de subverter a ordem democrática através de um golpe militar. Em fevereiro de 2023, com o retorno das atividades no Congresso, seu presidente veio nos cobrar uma segunda memória: o equilíbrio de poderes estava em um nível muito baixo de calibragem em desfavor do executivo. O esforço de o presidente eleito em recompor o entendimento político através da partilha de cargos nos gabinetes ministeriais acabou por agravar esse desequilíbrio. No presente, as forças bem-posicionadas no Congresso passam a contar com cargos no primeiro escalão, sem renunciar ao sequestro orçamentário que puderam maximizar, durante o governo anterior. A permanência da implementação obrigatória das emendas parlamentares invade a competência do executivo, sobretudo na saúde, promovendo uma alocação de recursos pouco aderente aos princípios do SUS.

No início de 2023, a expectativa quanto a área da saúde era de recomposição. O SUS houvera prestado um papel importante no enfrentamento da pandemia de COVID-19. Contudo, o número de vítimas contabilizadas em mais de 2 anos de flagelo não deixava dúvidas que mesmo um sistema grande e abrangente pode ser profundamente prejudicado por uma administração federal inepta e irresponsável.

O Presidente Lula escolheu uma pesquisadora abrasquiana para o posto principal da saúde pública no Brasil. Nada mais adequado que a presidente da Fiocruz à época para reorganizar o SUS. Afinal,

essa instituição, em parceria com o Butantã, havia produzido a ação decisiva para o controle da doença no Brasil.

A nova gestão do Ministério da Saúde recompôs a credibilidade da autoridade sanitária federal; tem sobrevivido às tentativas de substituição de sua direção por parlamentares do centrão; reestabeleceu e fortaleceu programas basilares do SUS; recuperou sua função articuladora junto aos entes federativos e à sociedade civil; estabeleceu um diálogo fundado na racionalidade científica com o Congresso, mesmo diante de reiteradas provocações sofridas por lideranças políticas da direita.

A gestão do MS ainda carece de uma marca política. Contudo, há ganhos evidentes quanto à melhoria de oferta e cobertura de vacinas e outras ações de atenção primária à saúde e de procedimentos eletivos. Também é meritória a retomada da cooperação com as agências de governança global em saúde e ações estruturantes associadas ao desenvolvimento do complexo produtivo da saúde.

A partir do final de abril de 2024, estendendo-se pelo mês seguinte, o estado do Rio Grande do Sul viveu os efeitos das mudanças climáticas sob a forma de inundações decorrentes de precipitações excessivas. A sucessão de eventos se configurou na maior catástrofe climática da região. O fenômeno está correlacionado à insuficiência de políticas públicas consistentes de prevenção de desastres e programas eficientes de mitigação e adaptação ao aquecimento global, que têm sido agravados pela fragilização da legislação ambiental no estado do Rio Grande do Sul e em todo o país. O impacto sanitário foi extenso, sobretudo, para as populações mais vulnerabilizadas, agravando a iniquidade em saúde nos municípios mais afetados. Ocorreram dezenas de mortes, milhares de pessoas adoeceram como resultado direto e indireto das enchentes e destruição da rede de saúde em vários municípios. O contexto econômico e social emergente a afetou profundamente o nível de bem-estar da população, impactando em seu estado de saúde.

Os próximos anos estabelecem um patamar mais elevado para as/os gestoras/es federais do SUS. Recompostas as bases de funcionamento do sistema, cabe agora enfrentar os déficits estruturais do sistema, dotá-lo das competências necessárias à contemporaneidade e enfrentar o desfinanciamento da saúde, e as desigualdades regionais e transversais que nos assombram.

O contexto político atual traz enormes desafios para as forças progressistas empenhadas na construção de uma sociedade mais justa, solidária e efetivamente democrática. A ABRASCO tem se mantido numa posição de estreita colaboração e parceria com outras entidades científicas, da saúde e da sociedade civil para impedir os retrocessos. A gestão que se encerra deu continuidade a uma firme liderança na Frente pela Vida, ao lado de outras entidades de saúde, no enfrentamento à etapa final Pandemia de COVID-19. Manteve a ampla articulação intersetorial Saúde-Educação-Assistência Social, para formulação de propostas e definição das condições necessárias para a reabertura das escolas, de modo a defender a vida, o direito à educação e a democracia. A diretoria também produziu o Dossiê ABRASCO Pandemia de COVID-19 que mobilizou seus associados na produção de um registro analítico sobre o grande impacto histórico produzido por essa emergência sanitária catastrófica, que assolou o Brasil de março de 2020 a maio de 2023.

O próximo triênio coloca para a ABRASCO o desafio de contribuir no debate para a restituição e avanço de uma agenda de saúde coletiva e direitos sociais que expresse os princípios históricos que a nortearam, desde a construção do SUS.

Para enfrentar esses desafios e dar continuidade a esses esforços de luta, apresentamos, com muito entusiasmo, um programa para a direção da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, gestão 2024-2027. Junto com vocês, queremos consolidar um projeto comum que esteja em comunicação e ação constante entre diretoras/es, membros de Comissões e Grupos Temáticos, demais associadas/os, trabalhadoras/es, movimentos sociais, instituições e organizações de saúde. Destacamos como prioritários nesta perspectiva e, dentro do contexto político e social porque passa o país, cinco eixos de luta:

1. Defesa da democracia, direitos humanos, paz, justiça, respeito à diversidade, inclusão, solidariedade, equidade, uso racional dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável;
2. Defesa do direito constitucional à saúde e do Sistema Único de Saúde;
3. Política de ciência, tecnologia e inovação em saúde soberana para responder às demandas do SUS e apoiar o desenvolvimento nacional;
4. Políticas educacionais socialmente referenciadas para fortalecer e expandir a formação em saúde comprometida com as demandas em saúde da população brasileira;
5. Fortalecimento da ABRASCO, reiterando seus valores históricos e compromissos sociais pela transformação, independência, transparência e democracia.

Dentro de cada eixo queremos incentivar ações construídas de forma coletiva que ampliem o nosso campo de atuação.

1. Defesa da democracia, direitos humanos, paz, justiça, respeito à diversidade, inclusão, solidariedade, uso racional dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável

- . Participar ativamente da luta política contra todas as formas de autoritarismo e fascismo, resistindo ao conservadorismo e regressividade que desafiam a democracia e os direitos sociais e humanos, no Brasil e em vários países do mundo.
- . Defender, promover e apoiar políticas públicas que promovam a equidade e representem a garantia de direitos sociais, particularmente nos campos da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), da educação, do meio ambiente, da alimentação saudável e da ciência e tecnologia. Nenhum direito a menos!
- . Participar e, quando pertinente, protagonizar firme atuação política e institucional em favor da diversidade social, cultural, territorial, de gênero, geração, etnia, defendendo os direitos sexuais e reprodutivos, lutando contra todas as formas de violências expressas em intolerância, discriminação, racismos, exclusão e segregação.
- . Lutar por um modelo de desenvolvimento sustentável que promova a soberania nacional e a economia de todos os países, com respeito ao meio ambiente, aos trabalhadoras/es e às populações que vivem nos diversos territórios. O desenvolvimento deve articular políticas econômicas, sociais e ambientais com o propósito de reduzir desigualdades e assimetrias regionais, de gênero e étnico-raciais. Promover a justiça social e a proteção ambiental, colocando o bem-estar e a saúde da população – das atuais e futuras gerações – acima de interesses estritamente econômicos.

. O novo modelo de desenvolvimento a ser buscado deve romper com o neoliberalismo neoextrativista e dependente, que destrói ecossistemas para a produção de *commodities* agrícolas, pecuárias, minerais e ambientais, sem respeito à soberania nacional e aos povos e comunidades tradicionais, que há décadas se encontram violentamente ameaçadas, assim como a agricultura familiar. As ações públicas e privadas de desenvolvimento, de geração de emprego e renda, e mesmo da saúde devem ser harmonizadas com o equilíbrio dos ecossistemas, o saber dos povos tradicionais e com a produção de alimentos saudáveis, com apoio à agricultura familiar e agroecológica.

. Apoiar mobilizações da sociedade em favor das reformas necessárias para consolidar a democracia, tanto no âmbito do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), quanto no âmbito da sociedade (democratização da mídia, enfrentamento às *fakenews* e fortalecimento da participação social) atuando em todos os setores e instâncias de debate e construção política.

. Estreitar e consolidar a relação da ABRASCO com movimentos sociais, entidades e organizações, regionais, nacionais e internacionais, que defendem a paz e a resolução não-violenta de conflitos, o direito à saúde, à democracia, à ética, à inclusão social e proteção ambiental, bem como experiências sociais e populares dedicadas à promoção da saúde na perspectiva do bem-viver.

2. Defesa do direito constitucional à saúde e do Sistema Único de Saúde

. Fortalecer a Saúde Coletiva como campo de saberes e práticas, promoção, prevenção cuidado e reabilitação em saúde de todes que vivem em território brasileiro.

. Participar ativamente da formação de profissionais de saúde para atuar no cuidado à saúde da população, com ênfase na consolidação do SUS.

. Fortalecer os canais legítimos de controle social dentro da estrutura do SUS, em particular o Conselho Nacional de Saúde, conselhos estaduais e municipais.

. Fortalecer as relações com as várias articulações, associações, movimentos sociais e Ministério da Saúde. Dentre elas: Conselho Nacional de Saúde, Frente pela Vida, SBB, Rede Unida, CEBES, ABRES, IDISA, Associação Nacional de Pós-Graduandos ANPG, Associação Nacional de Médicos Residentes ANMR, movimentos de mulheres, movimentos negros, movimentos LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências, entre outros.

. Promover uma política de gestão de pessoas adequada às necessidades da população e com valorização do profissional de saúde.

. Estabelecer mecanismos de planejamento, integração e monitoramento das ações visando a qualificação técnica, ética e democrática do cuidado em saúde

. Ampliar e implementar ações de vigilância, cuidados e promoção de saúde consistentes com um modelo de desenvolvimento mais justo, democrático, inclusivo e sustentável. Para tanto, fomentar debates acerca da dimensão política do trabalho em saúde, incluindo diálogos em torno das resistências e dos enfrentamentos para a construção da saúde diante dos desafios da atual realidade brasileira.

- . Estimular a construção de planos regionais para fortalecimento das redes de atenção integral, indicando as necessidades de expansão e qualificação da atenção em seus diversos níveis e apoiando a incorporação e o encontro de saberes e práticas terapêuticas que valorizem a integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade.
- . Incentivar a discussão e proposição de novos desenhos e modelos para a gestão pública em saúde que enfatizem o que já foi conquistado, mas que evoluam no sentido de garantir resultados efetivos das políticas e ações.
- . Incentivar a discussão e o desenvolvimento de estratégias e mecanismos de regulação dos diversos segmentos do setor privado na saúde, no sentido de aumentar a sua subordinação às diretrizes do Sistema Único de Saúde e às prioridades de saúde.
- . Lutar pela implementação das políticas nacionais de saúde direcionadas às populações invisibilizadas e em situação de vulnerabilidade: Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCFA), Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSIPI), Política de Saúde LGBTQIAPN+, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), Política Nacional para a População em Situação de Rua, Política Nacional de Saúde Integral da População Indígena etc.
- . Defender o enfrentamento das desigualdades na saúde, em uma perspectiva interseccional, o que requer a articulação de estratégias intersetoriais, que visem a justiça social, em sua dimensão distributiva (o combate à pobreza, à exploração, à desigualdade e aos diferenciais de classe, raça/etnia e gênero) e a dimensão do reconhecimento (o combate às hierarquias institucionalizadas de valor cultural).
- . Apoiar iniciativas que redistribuam o trabalho reprodutivo com políticas que incentivem a coparentalidade e a promoção de ações integradas intersetoriais de cuidados, desde a primeira infância até a velhice, na construção de uma Política Nacional de Cuidados.
- . Estimular a ampliação da participação popular na dinâmica dos serviços e das ações de saúde no SUS, agregando novos modos de participação da comunidade e outras linguagens na perspectiva da construção compartilhada de conhecimentos, reafirmando os princípios de uma sociedade democrática e de direitos.
- . Promover a equidade de gênero na saúde, combater o racismo, a LGBTfobia, o capacitismo, e outras formas de desigualdades e discriminação nos serviços de saúde, defendendo sua integração aos principais objetivos das políticas de saúde
- . Defender sistemas de informação que incluam marcadores sociais e permitam o monitoramento e a avaliação de filas de espera, acesso às inovações tecnológicas e cuidados em todos os níveis de atenção
- . Lutar para que a atenção à saúde sexual e reprodutiva, em particular o aborto, a contracepção e os cuidados durante a gravidez, devam ser assegurados a todas as meninas e mulheres, pessoas transgênero e de gênero não-binário.

3. Política de ciência, tecnologia e inovação em saúde soberana para responder às demandas do SUS e apoiar o desenvolvimento nacional.

- . Articular as políticas econômicas, de ciência, tecnologia e inovação e de saúde em torno de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável, inclusivo e soberano. Um projeto que interrompa desmatamentos e violências, respeitando indígenas, quilombolas, caiçaras e outras populações tradicionais.
- . Fortalecer a luta para que a pesquisa em saúde ocupe um lugar de destaque na política nacional de ciência e tecnologia, de acordo com a sua dimensão física e a sua importância estratégica para o desenvolvimento nacional e bem-estar da população.
- . Apoiar a elaboração de programas nacionais de formação avançada em nível de pós-doutorado, com políticas de emprego, oferta de bolsas e estímulo à absorção de quadros qualificados nas universidades e institutos de pesquisa.
- . Ampliar o papel dos órgãos gestores do SUS na organização e no fomento à pesquisa em saúde no país.
- . Fortalecer a articulação da ABRASCO com as entidades representativas do campo científico e tecnológico brasileiro, agências de fomento, em especial a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC).
- . Estimular os intercâmbios Sul-Sul em busca de um desenvolvimento científico que atenda as necessidades e prioridades de nossos países.
- . Aperfeiçoar as políticas de desenvolvimento tecnológico e industrial com vistas ao atendimento das necessidades do SUS.
- . Fortalecer e aumentar a transparência das políticas de incorporação de tecnologias em saúde, em especial a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias.
- . Atuar em defesa da universidade pública, livre e democrática, e das demais instituições públicas de Ciência & Tecnologia, visando o reforço de seu papel estratégico na inovação e na geração de conhecimentos relevantes para a melhoria da situação de vida e de saúde da população brasileira.

4. Políticas educacionais socialmente referenciadas para fortalecer e expandir a formação em saúde comprometida com as demandas em saúde da população brasileira

- . Apoiar e promover uma política nacional de pessoal adequada às necessidades de saúde da população, com valorização técnica e profissional dos trabalhadores da saúde
- . Atuar em defesa da expansão do acesso ao ensino técnico, superior e de pós-graduação em saúde, com qualidade e orientado para as necessidades do Sistema Único de Saúde, com ênfase no fortalecimento das universidades públicas e outras instituições públicas de ensino e pesquisa, e nas políticas inclusivas de etnia, raça, gênero, pessoas com deficiências e outras populações vulnerabilizadas.
- . Promover iniciativas no sentido de avaliar, repensar e requalificar os cursos de graduação em Saúde Coletiva, reforçando seu compromisso com modelos de formação interprofissional e

interdisciplinar.

. Fomentar a consolidação e ampliação dos cursos de graduação em Saúde Coletiva como modalidade formativa de profissionais sanitários com competências para atuação e fortalecimento do SUS.

. Fomentar e consolidar valores e princípios da Saúde Coletiva nos programas de graduação profissional no campo da saúde, promovendo e apoiando iniciativas curriculares e pedagógicas inovadoras.

. Fortalecer e apoiar programas de pós-graduação *lato sensu*, com a perspectiva interdisciplinar e de diálogo entre os pilares disciplinares da Saúde Coletiva (Epidemiologia, Política Planejamento e Gestão em Saúde, Ciências Sociais e Humanas), ampliando a cobertura e promovendo sua articulação em redes interinstitucionais, com particular atenção aos modelos de formação integrados à prática dos serviços, requalificando e atualizando conceitos de residência específica e interprofissional.

. Ampliar, aprofundar e consolidar iniciativas em curso para articulação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, reforçando a atuação do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Saúde Coletiva e apoiando o trabalho da Coordenação da Área de Saúde Coletiva na CAPES, bem como sua integração com coordenações de outras áreas/campos de formação.

. Fortalecer as redes de saúde a partir da corresponsabilidade e cogestão destas com as políticas de ciência, tecnologia e inovação.

. Fortalecer a articulação da ABRASCO com entidades representativas do campo educacional brasileiro, particularmente a ANDIFES, a ANPED, o CNE e o CONSED.

. Promover o fortalecimento da dimensão da Extensão Universitária e sua curricularização na formação em saúde, por meio da relação com a comunidade e os movimentos sociais populares, bem como das vivências estudantis na realidade dos serviços e das ações do SUS;

. Fomentar iniciativas de formação que valorizem abordagens orientadas pelo respeito aos diferentes saberes e conhecimentos, bem como pela mediação dialógica, crítica e propositiva entre os mesmos.

5. Fortalecimento da ABRASCO, reiterando seus valores históricos e compromissos sociais pela transformação, independência, transparência e democracia.

Fortalecer o campo da Saúde Coletiva, a partir de uma atividade científica plural, dialógica e sensível, que de forma solidária, equânime e inclusiva produza reconhecimento, validação, fomento da produção e da divulgação de conhecimento em suas três grandes áreas.

. Fomentar as interfaces e inter-relações entre GTs, Comissões, Fóruns e Comitês assessores, por meio de processo de trabalho interno da Associação que estimule e explore a interdisciplinaridade, tão cara ao nosso campo.

. Acionar dispositivos como grupos Inter GTs para debates e ações sobre temáticas complexas, incentivando o diálogo desses com os movimentos sociais e as/os profissionais da gestão e dos

serviços do SUS.

- . Fortalecer a carta de princípios já aprovada pelas/os associadas/os da Abrasco, aprovada em 2022, que define o posicionamento ético-político da equidade, diversidade, pluralidade e solidariedade buscando fortalecer, reafirmar e avançar coletivamente em ações de combate ao racismo, capacitismo, heteronormatividade e ao sexismo, contrárias a toda forma de exploração, opressão, preconceito e discriminação.
- . Ampliar a associação e a participação da comunidade de Saúde Coletiva na ABRASCO, aumentando o envolvimento na vida da associação, por meio de instrumentos virtuais que permitam a discussão política democrática.
- . Consolidar e fortalecer organismos voltados para participação de associados: Comissões de Ciências Sociais e Humanas, Epidemiologia e Política, Planejamento e Gestão; Comitês Assessores de C&T e de Relações Internacionais; Grupos Temáticos (GTs); Fóruns de Pós- graduação, Graduação e Editores em Saúde Coletiva.
- . Assegurar autonomia da ABRASCO em relação ao Estado, governos, partidos políticos e confissões religiosas.
- . Fortalecer parcerias da ABRASCO com outras entidades e associações internacionais que atuem na defesa dos direitos sociais e saúde e do fortalecimento de uma governança global e regional democrática, como a OPAS, a ALAMES, a AASPA, a ALASG, a WFPHA, entre outras.
- . Fortalecer a articulação da ABRASCO com associações de pós-graduação de saúde coletiva de outros países, buscando o desenvolvimento de agendas comuns para o fortalecimento de uma orientação progressista na governança global da saúde.
- . Ampliar a participação dos trabalhadoras/es, estudantes, movimentos sociais e populares e fortalecer a relação da entidade diretamente com a base social, misturando vozes para além da participação institucional.
- . Aumentar a visibilidade da atuação da ABRASCO e de suas organizações associadas por meio da divulgação junto aos canais de comunicação e informação – mídia, redes sociais, entre outros – de questões relevantes para o Sistema Único de Saúde e a melhoria da situação de saúde da população brasileira.
- . Avançar na qualificação da gestão da entidade buscando a sustentabilidade financeira da ABRASCO
- . Fortalecer as estratégias de comunicação da entidade com suas/eus associadas/os e com o público em geral.
- . Estimular as abordagens direcionadas à construção compartilhada do conhecimento nos eventos da ABRASCO, incluindo a participação dos movimentos e das práticas sociais populares, seus saberes, conhecimentos e suas experiências.
- . Ampliar as possibilidades de inclusão e de valorização, nos Congressos e demais eventos da ABRASCO, de trabalhos e de produções construídas em outras perspectivas de linguagens, especialmente aquelas constituídas com o protagonismo da arte e da criatividade.

. Assegurar que os eventos da ABRASCO tenham equipamentos sociais como espaços de acolhimento e convivência para crianças, mulheres em condição de amamentação, acessibilidade para portadoras/es de necessidades especiais e diversidade na composição de mesas e outras modalidades de apresentação.

É louvável o crescimento da visibilidade e da relevância política da ABRASCO ao longo da gestão que se encerra, em particular com relação ao enfrentamento da pandemia, mas não apenas. Nossa entidade passou a ser conhecida e reconhecida nacionalmente, e teremos o desafio de mantê-la nesse patamar ou mesmo ir além.

É tempo de repensar práticas e modos de vida, inclusive no âmbito acadêmico. Somente com a mobilização e união das forças democráticas da sociedade brasileira e de outros países irmãos poderemos ter esperança de um futuro melhor para todas/os.

Queremos contar com o apoio de todas e todos vocês nas eleições para a nova gestão da ABRASCO.

Saudações fraternais,

Candidatas e candidatos à Diretoria da ABRASCO

Candidatas e candidatos ao Conselho da ABRASCO